

Midões, 20 de Dezembro de 2017

Exmos. Srs. Deputados e demais presentes,

A Maavim, é uma associação criada no dia 19 de Outubro de 2017, após a calamidade ocorrida na região Centro entre os dias 15 e 16 de Outubro de 2017. É sediada em Midões, concelho de Tábua, distrito de Coimbra.

Esta associação, concretamente em 2 meses fez pela sociedade civil local e da região Centro o que deveria estar à altura do poder central e local.

Durante pouco mais de dois meses, desde a sua constituição e aproveitando as instalações do seu fundador, Fernando Tavares Pereira, a Maavim já distribuiu mais de 60 toneladas de batatas, 45 toneladas de alimentos, mais de 6000 produtos de higiene, mais de 20000 peças de roupa, diversos brinquedos, 25000 kg de ração, 13000 árvores (Carvalhos, Azinheiras, Sobreiros, Oliveiras, outras), 500 toneladas de material de construção (destacando-se 100 paletes de tijolo, 10 paletes de cimento, 15 toneladas de ferro e diverso material de construção civil), dezenas de alfaías e pequenas máquinas agrícolas, que se adquiriram com os donativos para os casos mais urgentes. Entregámos diverso mobiliário, assim como centenas de eletrodomésticos, distribuámos mais de 200 toneladas de palha, para alimentação animal, sementes para semear os campos e mais recentemente 500 cabazes de Natal distribuídos no passado fim-de-semana.



A Maavim tem naturalmente servido de entreposto entre quem dá e quem necessita. Fruto dos diversos contactos efetuados e recebidos por nós, a Maavim desde a primeira hora, teve de defender e apoiar quem tanto precisou e ainda precisa, ajudando todos aqueles que sofreram com os trágicos incêndios do mês de Outubro.

No dia 29 de Outubro organizou o maior corredor humanitário de ajuda à população em Portugal, na região Centro, com mais de 41 viaturas, destacando-se os 14 camiões Tir, 27 carrinhas e mais de cem voluntários. Essa mesma ação foi repetida no passado dia 8 de Dezembro, com mais 12 camiões, 16 carrinhas e cinquenta voluntários.

Através da Maavim, foram sinalizadas mais de 3000 famílias, que foram ajudadas com diversos bens nos concelhos de: Tábua, Oliveira Do Hospital, Arganil, Góis, Seia, Gouveia, Nelas, Carregal do Sal, Tondela, Santa Comba Dão, Mangualde, Penacova, Vila Nova de Poiares e Lousã.



Nesse sentido destacamos as ofertas do grupo “Esposente com Pedrogão no coração/Beira Alta”, Cruz Vermelha de Évora, Cruz Vermelha de Beja, Cruz Vermelha de Portimão, Cooperativa de Peixe da Figueira da Foz, Asprodes de Ciudad Rodrigo, Pinto e Filho, Sandokan, população de Sancti-Spíritus (Salamanca), Lisama, Cristema, Associação de criadores de Beja, Grupo de Sesimbra (Barclays), Grupo de França (Montpellier), Grupo de Torres Vedras, Bombeiros de Famalicão (Guarda), Grupo de Condeixa, Câmara da Covilhã, Grupo de Soure, Grupo de Sintra, Grupo de Salvaterra de Magos, Vilaplano, Hotelar, Viveiros MCouceiro, Colégio Vasco da Gama, Frutas do Cávado, junta de Freguesia de Cristelo-Barcelos, junta de Freguesia de Ribeira de Frades, Careplants e restantes grupos vindos de todo o país de particulares e empresas e também do estrangeiro, com especial destaque para grupos de França, de Espanha, da Sardenha, da Suíça entre outros.



Efetuámos dezenas de candidaturas aos projetos simples de restituição produtiva e estamos a elaborar diversas candidaturas ao PDR2020, sem qualquer custo.



Nesse sentido, achamos que as percentagens atribuídas nunca são justas para quem tudo perdeu, principalmente quando para a Indústria os apoios são significativamente maiores acima dos 50.000€ e com prazos de candidaturas mais alargados. Achamos que além disso uma família que tenha perdido um trator, um pequeno armazém, uns 3 ou 4 animais e umas 10 ou 15 árvores, já tem mais de 20.000€ de prejuízos e essa família não é considerada agricultora profissional.

As candidaturas simplificadas, mesmo sendo a 100% até aos 5.000€, são um embuste e não mostram que a maioria das pessoas não irá receber o que submeteu, pois vão solicitar licenças, registos de animais e faturas de compra, quando muitos já começaram a refazer o que perderam com o que lhes deram e compraram. Acresce que, sabemos agora que até as candidaturas até aos 5000€ estão a levar cortes consideráveis, que não estavam explicados nas tabelas de referência. Mesmo este chamado “agricultor não profissional” que tinha animais para consumo e não os tinha registados, não receberá pela perda dos animais. Também os armazéns não são considerados com os 180€/m², conforme a tabela de referência. Muitos agricultores aceitaram colocar menos área a 180€/m² para não ultrapassarem os 5000€.



São solicitadas faturas de aquisição dos bens arditos para verificarem o que tinham, quando as pessoas perderam tudo, inclusive os papeis. Para receberem, as pessoas que não têm nada para comer nem dinheiro para comprar terão de comprar os bens para depois receberem. Devem abrir contas com crédito aos agricultores através da DRAP, para os mesmos poderem usar na compra do que lhes ardeu.



Ardeu o trabalho da vida e o pouco que tinham muitas das vezes para complementar o trabalho que tinham (quando o tinham), para alimentar a família.

As famílias têm alfaias e ferramentas que compraram ao longo dos anos, não tendo qualquer comprovativo, pois isso só sabe quem precisa de trabalhar na Agricultura para sustento familiar, que cada vez mais é necessário no interior, para que se tenha um mínimo de condições de vida.

Somos lesados de igual forma com outras catástrofes, como a da ponte de Entre-Os-Rios ou as Cheias na Madeira, como os lesados do Bes ou do Banif e a tantas outras situações de emergência nacional. Queremos tratamento no mínimo igual ao da Industria.



Uma pessoa que descontou ao longo da vida para o Estado, deve neste momento difícil ser ajudada pelo próprio Estado.

Os pedidos simples deveriam ser no mínimo até aos 20.000€ (para os chamados agricultores não profissionais). Os prazos das mesmas que já encerraram, devem ser reabertos para quem não conseguiu submeter, pois são muitos os “não profissionais” que não se candidataram, nem vão candidatar à medida 6.2.2., que também essa encerra no dia 22 deste mês. Todos os projetos de restabelecimento produtivo devem também permitir que os proprietários possam optar com o mesmo valor fazer outro

tipo de plantação diferente da que tinha, por já não ser a mais rentável, tal e qual como no que é relativo aos animais.

O país tem de se modernizar e ser produtivo e competitivo. As candidaturas aos projetos do PDR2020, não podem estar sujeitas a uma alínea que só considera elegível quem perdeu mais de 30% de área ardida e não explica o que vai acontecer a quem tinha projetos em curso. Existem muitas ocultações que devem ser clarificadas e justas, para uma população que sofreu.



Este excesso de burocracia irá ter graves repercussões no nosso tecido regional. Não são as datas das candidaturas que impedem o governo de pagar antes do final do ano, pois podem pagar às candidaturas que já foram entregues e às outras, posteriormente. A burocracia não pode impedir o país de se recuperar. *Os incêndios ocorridos este ano entre Junho e Outubro não podem estar dependentes de Bruxelas, como não esteve qualquer plano de recuperação das entidades bancárias portuguesas.*



A floresta, que é um grande sector na região está vazio de regulamentação. Estão a ser feitas novas plantações de eucaliptos a olho nu e não existem medidas para as pessoas ou associações puderem retirar rapidamente as árvores ardidas dos terrenos. Muitas das árvores ardidas com o tempo caem e colocam em causa a segurança pública e criam mais resíduos florestais, que serão o combustível do futuro, para novas ignições.

Os parques de biomassa (que não conhecemos nenhum, passados 60 dias), não vão por si só resolver os problemas. A madeira depois de se encontrar nos parques deve ter um valor mínimo garantido. Onde estão as medidas para a floresta? O que irão fazer os produtores florestais que só tinham floresta? A que fornecedores vão vender o material lenhoso, que em muitos casos os próprios compradores arderam (mais de uma dezena de serrações, fábricas de aglomerado, 1 central de Biomassa, 1 fábrica de Pellets, entre outras pequenas empresas florestais). A floresta tem de ser já reestruturada, quer a que ardeu, quer a que ainda existe.

Não podemos deixar que a nossa floresta venha novamente a sofrer como em 15 e 16 de Outubro de 2017.

As casas de primeira habitação que arderam são mais de um milhar, mas as outras que serviam, muitas das vezes para quando vinham os filhos da terra de férias, os emigrantes, os trabalhadores agrícolas, entre outros, o que vão ser? Vamos deixar as paredes no ar à espera que o vento as derrube e que o tempo cure essas fridas?

A criação de uma isenção de taxas para as licenças deve ser uma emergência, pois organizava também todo o processo de construção. Tudo devia ter isenção de taxas para mais rapidamente se reconstruir, tanto para a construção de uma habitação, como para o simples armazém agrícola.

Todas as casas de segunda habitação e outras devolutas devem ser alvo de peritagem e ser criado um fundo com regras para quem as quiser reconstruir para uso ou até para turismo rural. *As calamidades também devem ser oportunidades de melhorar.*

Não podemos estar à espera. As respostas têm de ser rápidas.

Precisamos de ações e não de promessas cheias de nada.



A indústria precisa de rapidez nas tomadas de decisão e aprovação dos seus projetos, mas também de dinheiro para produzir. Com o tempo a passar, perdem clientes, perdem crédito, perdem candidaturas, perdem o sentido de existirem e a interioridade irá aumentar. Os futuros apoios comunitários devem ser criados para as zonas afetadas, com percentagens elevadas a fundo perdido, sem poderem ser investidos fora dessas zonas, como até aqui tem sido feito. Não pode uma região Centro receber 400 milhões de Euros para o interior e depois verificarmos que a sua execução foi efetuada, na maioria em concelhos que não seriam elegíveis se estivessem isolados.

É altura de dotar as linhas de apoio para os verdadeiros territórios de baixa densidade.



Assim como nunca se esqueçam as vítimas e as famílias de quem agora ficou sem sustento.

Os Agricultores perderam rendimentos com a morte de animais, destruição de culturas permanentes como olivais, vinhas, árvores fruteiras, etc. Ou seja, não se vai produzir durante vários anos. Não há leite, não há azeite, não há borregos para vender, logo não há rendimentos para os Agricultores afetados e para as famílias.

A proteção civil falhou, o estado falhou, e muitas instituições governamentais continuam a falhar, por isso nós e outros como nós existimos no terreno para ajudar as pessoas mais rapidamente. É urgente haver um inquérito, credível que identifique os problemas e aponte responsabilidades, porque as houve.

**Esta associação está de mãos abertas para ser ouvida e dar apoio às boas iniciativas na reestruturação florestal, agrícola, habitacional e industrial.
Somos todos Portugueses.**

Solicitou esta associação, reuniões com todos os partidos políticos, com o Presidente da República, com o Ministro da Agricultura e do Planeamento, com a CCDR-C, e com as comissões parlamentares da Agricultura e Floresta. Nem todos responderam, mas nós respondemos à ajuda. A Maavim também já requereu às entidades competentes a chancela de Utilidade Pública, estando a aguardar respetiva resposta.

Fernando Tavares Pereira



Para consultar <https://www.facebook.com/Maavimmov/> e-mail: maavimmove@gmail.com